

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Sul 116 Participações S.A. ("Companhia"), com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco, 311, sala 523 (parte), tem por objeto social: financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) Invitel Legacy S.A. ("Invitel Legacy"); (ii) Futuretel S.A. ("Futuretel"); e (iii) Zain Participações S.A. ("Zain").

Durante o período de vigência da fiança, não surgiram eventos que tenham gerado desembolsos por parte da Companhia no âmbito do referido contrato de compra e venda de ações.

A Companhia integra os blocos de controle de Zain, Futuretel e Invitel Legacy. A Companhia detém, ainda, participação indireta no capital social de Newtel Participações S.A. ("Newtel").

A Sul 116 é uma companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), tendo suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia e suas controladas em conjunto não detêm investimentos operacionais, estando sua geração de caixa limitada basicamente às receitas financeiras auferidas de suas aplicações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em trocas de ativos.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais.

2.4. Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações contábeis. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do período.

c) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos doze meses subsequentes. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

d) Investimentos

Os investimentos da Companhia são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

e) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

f) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

g) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

h) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo sua apresentação nas demonstrações requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

i) Provisão e passivo contingente

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Aplicações financeiras	5.423	5.199

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI Certificados de Depósito Bancário, e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (101% em 31 de dezembro de 2014).

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2015	2014
Saldo negativo de IRPJ	504	493

O referido saldo pode ser: compensado com obrigações fiscais futuras (no caso de uma companhia holding, usualmente decorrentes de receitas provenientes da atualização monetária sobre saldo negativo de imposto de renda sobre aplicação financeira e do recebimento de juros sobre capital próprio); ou (ii) objeto de pedido de restituição após homologação da Receita Federal do Brasil. A Companhia efetua pedidos de restituição quando necessário atendendo ao prazo decadencial de 5 anos, conforme dispõe o art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Dessa forma, considerando que o saldo registrado em seu balanço patrimonial é passível de recuperação na forma descrita acima; e (ii) o prazo de duração da Companhia é indeterminado, conforme determinado em seu estatuto social, a administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão com relação ao saldo de tributos a recuperar.

6. INVESTIMENTOS

Seguem resumidos abaixo os detalhes das participações:

	Futuretel		Zain		Invitel Legacy	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Participação no capital	46,38%	46,38%	45,85%	45,85%	34,33%	34,33%
Quantidade de ações ordinárias	280.495	277.221	648.316	648.316	545.018	545.018
Capital social	30.593	30.488	20.187	20.187	2.000	2.000
Patrimônio líquido	7.817	8.879	3.999	4.818	447	655
Resultado do exercício	(1.167)	(22.068)	(819)	(117)	(208)	(165)

	Futuretel		Zain		Invitel		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldo em 01 de janeiro	4.118	4.984	2.209	2.263	225	281	6.552	7.528
Equivalência patrimonial	(541)	(10.235)	(375)	(54)	(72)	(56)	(988)	(10.345)
Aumento de capital	49	9.369					49	9.369
Saldo em 31 de dezembro	3.626	4.118	1.834	2.209	153	225	5.613	6.552

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$28.385 representado por 83.596.902.573 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (sendo o mesmo valor e quantidade de ações em 31 de dezembro de 2014).

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear até o limite de R\$3.500.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições de emissão e de colocação dos respectivos valores mobiliários.

7.2. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
. Honorários e encargos	(45)	(37)
. Publicidade societária	(59)	(92)
. Serviços prestados	(254)	(255)
. Outras despesas administrativas	(25)	(24)
Total	(383)	(408)

9. RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	666	531
Receita de juros e outras receitas financeiras	40	34
	706	565
Despesas financeiras		
Despesas bancária e custódia	(17)	(15)
Total	689	550

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia auferiu lucro tributável no exercício e, consequentemente, valores a recolher a título de imposto de renda e contribuição social, nos montantes de R\$32 e R\$19 (R\$22 e R\$14 em 31 de dezembro de 2014), respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$487 (R\$580 em 31 de dezembro de 2014). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 31 de dezembro estão representados a seguir:

	2015	2014
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(682)	(10.133)
<u>Adições</u>		
Equivalência patrimonial	988	10.345
Base de cálculo do IRPJ e CSLL antes das compensações	306	212
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	(92)	(64)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	214	148
IRPJ (15% + adicional de 10%)	32	22
CSLL (9%)	19	14
Total	51	36

11. RESULTADO POR AÇÃO

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(733)	(10.169)
Ações Ordinárias (*)	83.596.903	83.596.903
Lucro por ação ordinária (centavos por ação)	(0,00000877)	(0,0001216)

12. PASSIVO CONTINGENTE

Na controlada em conjunto Zain Participações S.A., a contingência é a seguinte: em 31 de maio de 2011, a Receita Federal do Brasil lavrou o Auto de Infração MPF nº 07.1.9000-2010-00139-0 (Processo 12448.726087/2011-30), no valor aproximado de R\$40.000, sob a alegação de que as despesas incorridas por Zain com as emissões de notas promissórias, cédulas de crédito bancário e debêntures em 2006 e 2007 e o pagamento dos respectivos juros não seriam dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social devida por Zain. Em 30 de junho de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido auto de infração.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

O julgamento do processo foi convertido em diligência e, após apresentados os documentos solicitados, aguardou-se intimação do Relatório de Conclusão de Diligência Fiscal. Em 27 de novembro de 2012, foi tomada ciência do Relatório e protocolada a petição em resposta ao referido relatório. Em vista da parcela favorável à Companhia da decisão da primeira instância foi interposto recurso de ofício (fazendário). Já contra a parte desfavorável da decisão de primeira instância será interposto recurso voluntário ao CARF. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou contrarrazões ao recurso voluntário. Em 27 de agosto de 2014, a 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), por maioria de votos, deu provimento integral ao recurso voluntário e negou provimento ao recurso de ofício. Em 28 de maio de 2015, o processo administrativo em epígrafe foi arquivado e a discussão foi encerrada na esfera administrativa.

Na controlada em conjunto Futuretel S.A, as contingências são as seguintes: Em 16 de agosto de 2013 a Receita Federal do Brasil lavrou o auto de infração MPF nº 0710900/201000398 (Processo 12448.725093/2013-31) contra a Companhia, sobre pagamentos efetuados no ano calendário 2009 a título de distribuição de dividendos a seus acionistas, em razão de a fiscalização ter considerado que a Companhia não teria lucros a distribuir no referido período, o que se desqualificaria a natureza do pagamento como distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2015 o valor atualizado era de R\$ 1.452. Foi protocolada impugnação, a qual ainda não foi apreciada pela 1ª instância.

Na controlada em conjunto indireta Newtel Participações S/A, as contingências são as seguintes: A Newtel é parte do Processo nº 18471.001655.2006-18, que trata da exigência do pagamento do imposto de renda retido na fonte (IRRF) por pagamento sem causa, no valor original de R\$ 6.107, bem como para que retificasse o saldo do prejuízo fiscal e da base negativa da CSSL referente aos anos de 2001 e 2002, sob o entendimento de que existe a ausência de comprovação de que os serviços foram realmente prestados, e da participação percentual da fiscalizada no interesse das causas jurídicas, elementos fundamentais para que o fisco forme convicção de sua legitimidade, justifica a realização da glosa dos valores contabilizados como despesa operacional. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado do processo era de R\$ 10.054. Os advogados da controlada em conjunto responsáveis por esta demanda classificaram como possíveis as expectativas de perdas e, portanto, não foi constituída provisão para este montante.

Newtel também é parte do Processo Administrativo nº 16682.901020/2011-79, que trata de pedido de Restituição/Declaração de Compensação - PER/DCOMP nº 21084.60803.041006.1.3.02-9360, transmitido via Internet em 04/10/2006 por Newtel, por meio do qual pretende a compensação de débitos de IRRF do mês de setembro de 2006 com crédito decorrente do saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário de 2005 no valor de R\$ 206. Protocolada petição informando a desistência total do recurso especial interposto no processo em epígrafe e a renúncia as suas alegações de direito, em razão do pagamento à vista da totalidade do crédito tributário exigido no processo em causa com os benefícios da anistia prevista na Lei nº 11.941/09, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.996/14.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

É também parte na Medida Cautelar Fiscal nº 0218091-85.2013.4.02.5101, ajuizada pela União Federal contra a Companhia com o objetivo de que fosse declarada a indisponibilidade de os seus bens até o montante de R\$ 97.488, que corresponde ao valor total dos débitos tributários da Companhia, sendo a referida liminar deferida. Em 12 de março de 2014, foi proferida decisão determinando o imediato desbloqueio dos bens de Newtel, em cumprimento da decisão proferida nos autos do agravo de instrumento nº 0002980-34.2014.4.02.0000. Sentença favorável. Em 25 de fevereiro de 2015, foi publicada decisão monocrática julgando prejudicado o presente AG por perda de objeto, tendo em vista sentença favorável proferida nos autos do MCF nº 012809185.2013.4.02.5101 (acima). Em 27 de abril de 2015, os autos foram arquivados.

Por fim, a Newtel também é parte na Execução Fiscal nº 2014.51.01.134497-8, ajuizada pela União Federal contra a Companhia com o objetivo de exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL decorrentes das inscrições em dívida ativa nº 70214000600-28 e nº 70614000933-08, respectivamente. Em 17 de setembro de 2014 a Companhia informou que havia quitado o débito *sub judice*, antes do ajuizamento da presente execução fiscal, com os benefícios concedidos pela anistia da Lei nº 12.865/13. Aguarda-se julgamento.

Os advogados das controladas em conjunto responsáveis por estas demandas classificaram como possíveis as expectativas de perdas e, portanto, não foi constituída provisão para este montante.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

a) Composição dos saldos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Caixas e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nos valores das quotas dos fundos.

- Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram avaliados ao valor de custo acrescidos pela variação do CDI, que se assemelham ao seu valor de mercado.

- Tributos a recuperar

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

- Derivativos

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e opera apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício.

c) Risco de taxa de juros

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

d) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

14. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia, são resumidas da seguinte forma:

	2015	2014
Data de aprovação pela A.G.O.	30 de abril	30 de abril
Pagamento efetivo	34	31

15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Diretores da Companhia aprovaram estas Demonstrações contábeis em 18 de março de 2016, as quais consideraram os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre o conteúdo aqui divulgado.